

Entrevista

Entrevista

Barbara Weinstein e os Mundos do Trabalho na Amazônia

Antônio Alexandre Isidio Cardoso*

169

Barbara Weinstein possui uma longa e exitosa carreira acadêmica. Boa parte dessa trajetória tem sido dedicada a temas relacionados à História do Brasil desde seu doutoramento orientado por Emília Viotti da Costa na Yale University. No final dos anos 1970, a jovem estudante norte-americana, branca e com cabelos *black power*, encetou os primeiros esboços de seus intercâmbios com a Amazônia investigando o chamado *boom* da borracha naquela região. Durante sua pesquisa em Belém, Barbara devassou antigos documentos cartoriais, jornais, almanaques, entre outras fontes utilizadas como rico instrumental de sua tese mais tarde publicada em formato de livro¹ e finalmente traduzida para o português em 1993. Desde então, a renomada historiadora nascida em New York produziu inúmeras outras reflexões sobre a Amazônia coadunadas aos seus demais interesses de pesquisa.

Atualmente Barbara Weinstein é professora da New York University de onde continua nutrindo fortes vínculos e diálogos acadêmicos com pesquisadores brasileiros, participando de inúmeros eventos no país, com destaque para sua conferência no último Seminário Internacional Mundos do Trabalho realizado em Manaus, na Universidade Federal do Amazonas, em novembro de 2016. Comprometida com o debate e inteirada da produção historiográfica do Brasil, Barbara tem recebido vários estudantes brasileiros que buscam diálogos de pesquisa sob sua orientação no exterior. Foi nesse ensejo que a então chefe do Departamento de História aceitou gentilmente ceder esta entrevista à *Revista Mundos do Trabalho*, feita por um de seus orientandos "sanduíche" em sua sala na NYU, numa tarde quente de junho de 2016.

Alexandre Cardoso – O atual dossiê da *Revista Mundos do Trabalho* tem como temática central a História Social do Trabalho na Amazônia. Portanto, é uma grande satisfação entrevistá-la, tendo em conta sua grande contribuição para a temática amazônica e também sua extensa obra sobre História do Trabalho no

* Doutorando em História Social – USP, orientado pela professora Maria Helena P. T. Machado. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

1 WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*. Stanford University Press, Stanford, 1983. Obs. Na entrevista serão feitas referências à edição em língua portuguesa.

Brasil. Então, já partindo para minha primeira questão, em seu livro *A Borracha na Amazônia: expansão e a decadência*,² em vários momentos são discutidas questões concernentes aos regimes de trabalho na floresta, especialmente no que tange a relação dos seringueiros com a cadeia do sistema de aviamento a partir de meados do século XIX. Desde a publicação de seu livro, muitos trabalhos têm seguido trilhas semelhantes, estudando o cotidiano desses personagens e suas trajetórias. Muitos estudos, por exemplo, têm se debruçado sobre os processos migratórios que levaram milhares de homens, mulheres e crianças de outros estados brasileiros (e também de outros países) para as cidades, seringais, colônias agrícolas, dentre outros espaços de trabalho presentes na Amazônia. Tendo em conta esse cenário historiográfico, como você enxerga o binômio trabalho-migrações na história amazônica?

Barbara Weinstein – Bom, eu acho que a questão de migração, dependendo de como a gente define migração, é toda a história da Amazônia, especialmente durante o ciclo da borracha. Até os próprios povos indígenas nessa época estavam migrando; muitas vezes eles estavam migrando na direção oposta dos grandes fluxos, para fugir das regiões de concentração de exploração de borracha, em direção a lugares distantes dos rios principais e seringais. Então, tanto no comércio da borracha, não só na época do *boom* como em toda a cadeia de coleta de bens comerciais, *grosso modo*, existiam conexões com regimes migratórios. Em geral, não se podia ficar em um lugar só; se você começava a explorar a seringueira num certo lugar, daqui a pouco renderia menos, então o próprio seringueiro teria que começar a pensar em mudar para outro lugar e o seringalista teria que abrir novas estradas. Por isso, no meu entendimento, o sistema do comércio da borracha já estava caracterizado por certas formas de migração. Era uma economia, de certa forma, móvel. Muita gente que trabalhava nas estradas de seringueiras tinha de se deslocar para outros lugares durante a época de chuva, indo para aldeias ou pequenas cidades para passarem os meses de chuva, época que usualmente não se coletava borracha. Então, estava longe de ser uma economia sedentária. Mesmo se levamos em conta somente os chamados caboclos e povos indígenas, mesmo os que não estavam necessariamente envolvidos com os negócios da borracha, todo mundo de certa forma estava mudando de um lugar para outro. E, além disso, tinha o aspecto das migrações de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, como do Nordeste, e um fluxo menor de pessoas que vinham de outros países, essas em geral não tanto para trabalharem como seringueiros, mas para ganharem a vida no ramo do aviamento e do próprio setor comercial ou fornecendo certos serviços que estavam faltando nas capitais amazônicas que estavam crescendo rapidamente nas últimas décadas do século XIX. Então, como falei para você uma vez, eu fiquei muito impressionada quando iniciei minha pesquisa em Belém e vi o nome de judeus sefarditas na Amazônia nos anos 50, 60, do século XIX. Nem era durante o *boom*, na verdade era bem no início do fortalecimento do comércio da borracha. Tinha gente que estava chegando de todos os cantos do mundo para aproveitar o florescimento dessa economia. Então, acho que essa é uma questão que envolve variados níveis e tipos de migração. É muito difícil separar a economia da Amazônia nessa época dos processos de migração.

2 WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Alexandre Cardoso – Ao pensarmos esses deslocamentos populacionais, de uma forma ou de outra, a gente se depara com questões que envolvem desafios de alteridade, encontros e desencontros entre adventícios e nativos. Ainda tratando da temática do *rush* gumífero oitocentista, como você pensa a questão da presença indígena nesse cenário?

Barbara Weinstein – Essa é uma questão que na minha opinião ainda merece muito mais investigação. Primeiro, a resposta depende muito da região da Amazônia. Em geral, existe uma tendência de falar da Amazônia como uma unidade, mas quem faz pesquisa na Amazônia sabe, por exemplo, que o Baixo Amazonas, em termos ecológicos, em termos demográficos, em termos culturais, é uma região bastante diferente do Alto Amazonas. Isso sem falar no Acre, etc. Então, existe uma grande variedade de sub-regiões dentro da Amazônia e em cada uma delas as experiências históricas dos povos indígenas foram diferentes. A minha impressão é que no Baixo Amazonas já era difícil falar de um povo indígena totalmente distante dos "caboclos". Não que eles fossem aculturados, o que havia era uma convergência de certas formas de produção, de organização de trabalho e da vida cotidiana. Bom, obviamente chegando aos altos rios das bacias do Xingu, Tapajós, por aí, a situação mudava, pois já era mais como o Alto Amazonas. Mas, ficando mais ou menos com a antiga província do Pará, por exemplo, tem o caso dos índios Mundurucu, que é um grupo indígena que se envolveu profundamente com o comércio da borracha, mas de uma forma que, em termos relativos, era menos violenta e mais da sua própria vontade. Isso eventualmente, gradativamente, tinha um impacto negativo na organização e coesão da sua sociedade, mas não era comparável, por exemplo, ao que aconteceu mais tarde no Putumayo. Naquela sub-região havia uma exploração muito intensa da floresta e da população nativa, de curta duração, que destruía tudo, e que, inclusive, era feita a partir de uma árvore diferente, não era a *Hevea brasiliensis*, a borracha não era o *Fino Pará*. Era uma árvore que precisava ser destruída para retirar o látex. Então, nesse caso, havia tanto uma devastação da floresta como dos habitantes da região. Falando de modo geral, é difícil dizer que o ciclo da borracha fez algo bom para os povos indígenas da Amazônia. Mas acredito que havia nuances nesse impacto negativo, incluindo processos gradativos, que de certa forma modificavam a vida dos indígenas de algumas regiões, como o Baixo Amazonas, criando uma situação que eles ficavam cada vez mais dependentes da economia global para sobreviver, mas que não era uma coisa tão brutalmente violenta e devastadora. Havia lugares, como o Putumayo, onde as grandes casas aviadoras muito sistematicamente escravizaram os indígenas. Em outros lugares, como Acre e em áreas do Amazonas, eram os próprios seringueiros que vinham de outras regiões e se estabeleciam em áreas com populações nativas, vistas como ameaçadoras no processo de abertura de estradas de seringa. Eles estabeleciam a posse de suas estradas com base em ações violentas. Acho que é muito interessante, nesse sentido, o livro de Cristina Scheibe Wolff,³ que fala da captura de mulheres de várias populações indígenas nesse processo. Mas era um processo com escala diferente da vivenciada no Putumayo, onde havia uma violência organizada em grande escala. Então, para os povos indígenas, dependia muito da situação, do tipo de relações estabelecidas com as pessoas que estavam cortando seringueiras, e até qual ponto eles próprios entraram na economia e conseguiram estabelecer certas normas na interação com

3 WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma História: Alto Juruá – Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

os aviadores, os padrões em geral. Portanto, acredito que o impacto era negativo, mas poderia ser menos ou mais negativo dependendo das circunstâncias.

Alexandre Cardoso – Barbara, depois de ouvir sua resposta, lembrei da leitura que fiz do livro de Mark Harris, que trata da Cabanagem.⁴ Quando ele fala da rebelião, em alguns momentos, chama a atenção para certas dimensões étnicas do processo. Ele fala dos índios em geral, mas também usa recortes específicos, como no caso dos mundurucus e dos maués. Volta e meia nos arquivos amazônicos nos deparamos com esses marcadores étnicos nas fontes, que às vezes falam de grupos e comportamentos específicos, apontando importantes diferenças, que indicam possibilidades que vão na contramão de generalizações, no que se refere às agências indígenas. O que você acha das possibilidades de investigar esses índices analíticos?

Barbara Weinstein – Há historiadores que estão fazendo pesquisas que permitem que a gente pense essas possibilidades, como Patrícia Melo Sampaio da UFAM.⁵ Ou mesmo, poderíamos recorrer à velha tese, ainda inédita, de David Sweet sobre a Amazônia colonial,⁶ que fala de certos grupos específicos e que oferece um nível de pormenores que nos permite pensar nas diferenças entre grupos indígenas, e como essas diferenças interferiram na sua relação com os "brancos" que entraram na região. Eu acho também que o livro clássico de Yolanda e Robert Murphy, *Women of the Forest*, aponta aspectos importantes.⁷ Eles explicam o impacto do ciclo da borracha entre os mundurucus, de certa forma buscando entender como a sociedade Mundurucu lidava com essa economia, atentando, por exemplo, para a continuidade das atividades das mulheres na agricultura, que permaneciam como provedoras dos alimentos. Então, era relativamente fácil para os homens saírem da aldeia para coletarem borracha, embora eles tenham ficado crescentemente dependentes de outros produtos para sustentar a comunidade. Então, os Murphy mostram que a própria organização econômica desse grupo permitiu um engajamento com o ciclo da borracha que não prejudicou tanto, ou tão rapidamente, a comunidade. Acho que esse tipo de detalhe é muito importante, seria ótimo se a gente conseguisse recuperar esse nível de detalhe e pormenores sobre vários grupos indígenas e outros habitantes. O problema é que, em geral, a tendência é começar hoje com um estudo etnográfico de certo grupo com o objetivo de entender como esse grupo era no passado. Esse caminho guarda certo perigo de você não entender como o próprio grupo mudou através das décadas, e pode dar uma sensação de indígenas sem história, que ficariam sempre iguais, sem mudanças.

Alexandre Cardoso – Ainda tratando sobre essa diversidade, outro tema que merece destaque nos mundos do trabalho da Amazônia é a escravidão africana, que desde o século XVIII se fez presente no território, passando a dividir espaço com várias modalidades de escravização e trabalho compulsório indígena. Em artigo

4 HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York, Cambridge University Press, 2010.

5 SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

6 SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The middle Amazon Valley (1640-1750)*. Phd Thesis, The University of Wisconsin, 1974.

7 MURPHY, Yolanda and MURPHY, Robert F. *Women of the Forest*. New York: Columbia University Press, 1985.

publicado em 2008, intitulado *Erecting and erasing boundaries: Can we combine the 'Indo' and the 'Afro' in Latin American Studies?*⁸, você destaca em vários momentos a importância da análise conjunta das problemáticas indígenas e africanas na história da América Latina. Nesse sentido, como você pensa as interfaces entre tais categorias de sujeitos nos mundos do trabalho amazônicos?

Barbara Weinstein – Bom, se nós pensarmos, por exemplo, na figura do "cabano" no século XIX, já podemos começar a problematizar essa questão. É difícil a gente saber se um certo "cabano" era necessariamente um escravo fugido ou era uma figura indígena que tinha fugido de uma aldeia, ou um caboclo, etc. E esse cenário populacional foi insistente. Também, no momento em que se abriu a possibilidade de se ganhar a vida com a extração da borracha, permanecia difícil definir qual "grupo" constituía a força de trabalho. Eram africanos, indígenas, ou algo no meio entre eles? Havia, claro, lugares na Amazônia onde existia uma concentração de quilombos, onde a cultura era marcadamente africana ou tinha traços culturais muito fortes ligados à África. Mas acho que, em geral, comparada com outros lugares no Brasil, a Amazônia representa o território onde a mistura entre pessoas de descendência indígena e africana, grosso modo, foi a mais intensa. E então, acredito que é muito difícil separar os estudos de um e de outro, e tratar eles como sujeitos distintos de pesquisa. Mesmo nos quilombos existia muita gente de descendência indígena, a própria pesquisa de Flávio Gomes indica isso;⁹ as fronteiras entre um e outro grupo eram um tanto difusas. Ao mesmo tempo, dentro do imaginário das elites da região sempre existia uma diferenciação muito grande entre o negro e o índio. Dentro desse imaginário a figura mais desprezada era a do indígena, que era o bárbaro, o preguiçoso, o indisciplinado no trabalho; já o africano, por sua vez, geralmente representava um "passo para frente", como mais disciplinado e industrioso. Então, isso mostra como a imagem do negro e do índio dependia da representação do outro "outro", e não somente em comparação ao "branco". Por exemplo, apesar de muitos nordestinos que chegaram à Amazônia no século XIX pudessem ser considerados "brancos", especialmente os cearenses, a tendência das elites era aproximar os nordestinos desse ideário industrioso associado aos africanos. E de certa forma isso era uma coisa boa na visão dos negociantes da borracha, pois a ideia era que "brancos" não iriam aguentar a vida nas estradas de seringueiras. Então, os nordestinos eram vistos como sujeitos ligados com formas de trabalho disciplinado, saídos de uma região onde o trabalho escravo africano tinha sido mais presente. Claro que tudo isso não deixa de ser uma ficção, como qualquer discurso racial, mas foi uma ficção que durou bastante tempo.

Alexandre Cardoso – Então, isso já nos serve de gancho para a próxima pergunta, pois como você adiantou, tal discussão passa obrigatoriamente pelas problemáticas da cor e da raça, e de como essas referências se inseriam nos mundos do trabalho. Recentemente você publicou um livro se aproximando da referida temática para São Paulo. Em *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*, você estudou esse tema no período entre as décadas de

8 WEINSTEIN, Barbara. "Erecting and erasing boundaries: Can we combine the 'Indo' and the 'Afro' in Latin American Studies?" *E.I.A.L. - Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v.19 – n.1, 2008. pp. 129-144.

9 Cf. GOMES, Flávio dos Santos. "A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)". (Tese de doutorado em História, UNICAMP, 1997).

1930 e 1950.¹⁰ Mas, continuando nosso enfoque no território amazônico, existe um extenso vocabulário que acomodou ao longo do tempo visões racializadas de parcelas da população. A construção desses marcadores sociais de diferenças, para utilizar expressão de Lilia Schwarcz, é bastante encontrada na documentação dos arquivos amazônicos, plena de cafusos, acarafusados, cabras, tapuios, atapuiados, mulatos, pretos retintos, índios, dentre outros. Nesse sentido, como poderíamos pensar a inserção da Amazônia ante o discurso de "whiteness" que você discutiu para São Paulo, e que era empregado pelo ideário de progresso nacional, conectado às ideias de modernização do Brasil no início do século XX?

Barbara Weinstein – No livro sobre o boom da borracha, dediquei boa parte de um capítulo aos vários projetos de incentivo à imigração para a Amazônia. Inicialmente a ideia do governo era atrair europeus, como muitos almejavam no início do período pós-abolição. Então, eu acho que também estava presente a ideia de branqueamento na Amazônia, e a noção de usar a borracha, de certa forma, para financiar tal branqueamento, como os paulistas estavam usando o café. Ao mesmo tempo, eles logo perceberam que isso não iria dar certo, pois poucos europeus estavam dispostos a optar pela Amazônia, tendo em conta a fama de ser um lugar insalubre e inóspito aos brancos, o que desanimou qualquer projeto de trazê-los em maior escala. Então, eu acho que para a elite local a alternativa foi trazer os nordestinos, mesmo que estes não fossem considerados "brancos" da mesma maneira que os europeus. E, como eu falei, muitos deles, ao contrário, eram vistos como pessoas mais ligadas a referências africanas ou de ascendência africana. Mas, mesmo assim, havia a ideia de que eles eram industriais, a ideia de que eles podiam criar uma Amazônia mais civilizada e sedentária. Contudo, como a maior parte desses migrantes se destinava para o extrativismo, existia também o problema do movimento interno, do nomadismo interno dessas populações oriundas do Nordeste. Isso dava o tom de certas contendas no seio das elites políticas da região sobre a ideia de incentivar ou não a exportação da borracha, que era o maior recurso econômico e financeiro para o estado, mas que deflagrava "movimentos" indesejáveis. Havia o indicativo de pensar que a Amazônia só poderia tornar-se um lugar civilizado com pessoas radicadas num certo lugar, sedentarizadas em um certo lugar, para estabelecerem lavouras e certas pequenas indústrias. Então, eu acho que na Amazônia a ideia de um povo sedentário é que nutria uma versão de "whiteness". Não era exatamente uma questão de raça, mas uma questão de hábitos de vida e trabalho que alguns setores da elite consideravam necessários para construir uma sociedade civilizada.

Alexandre Cardoso – Agora, mudemos nosso enfoque para questões mais gerais. Considerando a Amazônia um território que atravessa vários países da América do Sul, é possível afirmar que existiram ao longo do tempo variadas experiências e diferentes políticas de Estado voltadas à floresta e suas diversas populações. Mesmo tendo em conta esse quadro, poucos são os trabalhos no Brasil que analisam questões históricas amazônicas de maneira comparada, ou mesmo que dialogam com a historiografia sobre a Amazônia produzida na Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Peru, dentre outros países vizinhos. Como você avalia as possibilidades de diálogo e de pesquisas comparadas, ou em conjunto, nesse cenário?

¹⁰ WEINSTEIN, Barbara. *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2015.

Barbara Weinstein – Bom, eu acho que não existe lugar no mundo onde a história transnacional é mais necessária do que na Amazônia. É realmente difícil dizer que aqui estamos no Brasil e acolá estamos na Colômbia. As questões que animam os projetos de historiadores de um lado e outro das fronteiras podem certamente dialogar. Não que sejam exatamente iguais, mas guardam interesses parecidos. É quase inviável falar da Amazônia somente como Brasil, somente como Colômbia ou somente como Peru. Então, essa é uma coisa evidente para mim, pois devemos pensar na Amazônia como uma região transnacional. Ao mesmo tempo, devo dizer que quando fiz meu livro, uma das suas finalidades era colocar a Amazônia dentro da História do Brasil. Eu tinha uma impressão que a Amazônia ficava fora de uma certa narrativa brasileira que pouco referenciava acontecimentos fora do centro-sul do Brasil. Por exemplo, o Pará tinha um importante Partido Republicano; tinha figuras nesse partido como Lauro Sodré, Serzedelo Correia, Justo Chermont, que viraram personagens políticos nacionais significativos. Então, ao mesmo tempo que eu trabalhava com uma Amazônia que não era necessariamente reduzida às fronteiras do Brasil, eu achava que era importante entender que a Amazônia também devia ser encaixada na história da Nação, ou seja, o nacional não podia ser visto como irrelevante nesse quadro. Mesmo tendo em conta esse cuidado, eu acredito que é importante engajar, é importante entrar em diálogo com os trabalhos que os historiadores e antropólogos estão fazendo no Peru, na Colômbia, na Bolívia, entre outros países, pois certas preocupações persistem em todos esses lugares conjuntamente, certas narrativas em comum caracterizam as pesquisas sobre a Amazônia em todos esses lugares. Contudo, como falei antes, não é possível apagar as diferenças históricas existentes. Então, depende muito da questão que a gente estaria levantando. Se o problema de pesquisa tem base em políticas de Estado, então isso é mais uma questão nacional, mas se o problema é o movimento de povos isso tende a ser mais transnacional.

Alexandre Cardoso – E sobre as possibilidades da inserção da Amazônia numa perspectiva de história global?

Barbara Weinstein – O transnacional e o global são coisas muito diferentes. Numa perspectiva transnacional a gente pode pensar em desenvolver pesquisas dentro de uma comunidade de historiadores que trabalham com a Amazônia, e que possuem um investimento intelectual e pessoal nesses estudos. No global, por outro lado, a Amazônia vira uma coisa mais simbólica, embora não totalmente, pois existem certas implicações ecológicas e ambientais concretas consideradas nessa perspectiva. Mas, nesse nível (do global) a Amazônia corre o risco de ser vista mais uma vez como uma terra sem história, como uma floresta sem passado, ou como um tema somente ligado ao estudo do meio ambiente. Eu acho que a Amazônia dentro de certo contexto global perde importantes aspectos históricos. Por outro lado, numa perspectiva histórica transnacional a gente leva em conta as questões ambientais, culturais, etnográficas, problemáticas sobre trabalho livre, sobre trabalho compulsório, questões extremamente complicadas que contemplam toda a região.

Alexandre Cardoso – Antes de encerrarmos, queria dizer que é sempre uma honra ouvi-la, e um privilégio estar sendo orientado por você aqui na NYU. Agradeço novamente sua gentileza em conceder esta entrevista à *Revista Mundos*

do Trabalho pois sei da sua correria entre os afazeres de pesquisadora, professora, e como atual chefe do Departamento de História, etc. Então, fique à vontade para deixar uma mensagem final, acrescentar ou reforçar algo. Mais uma vez, muito obrigado.

Barbara Weinstein – Eu quero dizer primeiro que foi um prazer fazer esta entrevista e conversar sobre esses temas, sobre questões que me interessam e realmente me fascinam. Mas, além disso, eu quero dizer o seguinte: como você sabe, eu fui há quase dois anos para Macapá, para participar do I Encontro da ANPUH (Associação Nacional de História), regional do Amapá, e apesar da viagem ser um pouco longa, foi para mim uma experiência muito especial. Eu fiquei profundamente impressionada com o número de pessoas jovens, incluindo você, que estão fazendo pesquisas absolutamente inovadoras, usando arquivos que antigamente a gente nem sabia que existiam, levantando questões instigantes. Então, eu penso que existe hoje uma importante comunidade acadêmica de historiadores da Amazônia, mas também antropólogos e outros estudiosos que estão produzindo um grande trabalho, algo que não era o caso na época que eu fiz minha pesquisa sobre o boom da borracha. Existia na época uma certa comunidade de *local historians*, como Ernesto Cruz, Palma Muniz, Leandro Tocantins, todos pesquisadores sérios, mas que não estavam necessariamente inovando, com preocupações teóricas, abrindo e divulgando pesquisas de arquivos, ou mesmo novos ramos de diálogos e estudos numa perspectiva mais ampla. Eu acho que hoje estamos vivendo uma fase diferente e muito mais produtiva. Então, para mim foi uma experiência maravilhosa participar daquele congresso em Macapá, e valeu a pena viajar 25 horas até lá!

Nova York, 03 de junho de 2016

Enviado: 21/06/2016

Aprovado: 15/07/2016